MARCIA APARECIDA DA SILVA ANNUNCIATO

**Mediação no ensino médio público, a partir do pensamento de
Étienne Le Roy**
Aportes da Antropologia Jurídica à Educação do Brasil

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Dra. Eunice Aparecida de Jesus Prudente

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

MARCIA APARECIDA DA SILVA ANNUNCIATO

**Mediação no ensino médio público, a partir do pensamento de Étienne Le
Roy**

Aportes da Antropologia Jurídica à Educação do Brasil

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito de Estado, sob orientação da Professora Dra. Eunice Aparecida de Jesus Prudente.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP
2019**

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Annunciato, Marcia Aparecida da Silva

Mediação no ensino médio público, a partir do pensamento de Étienne Le Roy / Marcia Aparecida da Silva Annunciato; Orientadora Eunice Aparecida de Jesus Prudente -- São Paulo, 2018.

97

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Mediação. 2. Ensino Médio. 3. Étienne Le Roy. 4. Multijuridismo. 5. Antropologia Jurídica. I. Prudente, Eunice Aparecida de Jesus, orient. II. Título.

Nome: ANNUNCIATO, Marcia Aparecida da Silva

Título: Mediação no ensino médio público, a partir do pensamento de Étienne Le Roy

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob orientação da Professora Dra. Eunice Aparecida de Jesus Prudente.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Eunice Aparecida de Jesus Prudente – Universidade de São Paulo
(Orientadora)

Prof. Dr. – Instituição (Banca Examinadora)

Prof. Dr. – Instituição (Banca Examinadora)

Prof. Dr. – Instituição (Banca Examinadora)

Aos meus pais José Benedito e Annita “in memoriam” pois sem eles nada teria acontecido.

Ao meu marido e companheiro de todas as horas Marcos Tadeu Annunciato.

Ao meu filho Marcos e a minha nora Katherine pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

A minha querida professora orientadora e amiga Eunice Aparecida de Jesus Prudente pela confiança e disponibilidade.

Ao meu querido professor Orlando Villas Bôas Filho pela oportunidade de conhecer a Antropologia Jurídica e acreditar no meu projeto.

A minha amiga Julia Tiveron que me deu a mão nos momentos iniciais e me mostrou o caminho a seguir.

Ao meu amigo Vinicius Azevedo pela amizade, pelo compartilhamento de conhecimentos e pela paciência em ler e reler inúmeras vezes o mesmo parágrafo.

A minha querida amiga Maria Dolores Gonçalves de Paula pela disponibilidade nas traduções.

A querida Maria dos Remédios da Silva, bibliotecária da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pelo carinho, dedicação e paciência nas orientações bibliográficas.

A todos os professores, alunos e funcionários da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo que colaboraram para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

ANNUNCIATO, Marcia Aparecida da Silva. **Mediação no ensino médio público, a partir do pensamento de Étienne Le Roy**: aportes da Antropologia Jurídica à Educação do Brasil. 2019. 97 p. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Nesta pesquisa, que aproxima os campos do direito à Educação, em seu âmbito constitucional, e da Antropologia Jurídica, a partir da Teoria do Multijuridismo proposta por Étienne Le Roy, buscou-se sustentar a hipótese de que em relações sociais continuadas, a mediação ocorre mais nos limites dos costumes e dos hábitos do que da regulação estatal. O trabalho desenvolve-se através da análise comparativa entre normas legais de interesse do ensino médio público e elementos do referencial teórico, em especial a noção de juridicidade e a mediação. Os resultados obtidos estão descritos em onze cenários de análise, sendo os cinco primeiros dedicados a promover a aproximação entre as duas disciplinas e os demais a examinar a mediação no ensino médio público. A conclusão, ainda que preliminar, indica que a mediação não pode ser reduzida apenas a uma forma alternativa de solução de conflitos e que o aprofundamento das pesquisas, tanto no aspecto teórico, quanto empírico, pode contribuir para o desvelamento de novas formas de abordagem e concreção da regulação estatal da Educação do Brasil.

Palavras-chave: Ensino médio público. Étienne Le Roy. Interdisciplinaridade. Mediação. Teoria do Multijuridismo.

ABSTRACT

ANNUNCIATO, Marcia Aparecida da Silva. *Mediation in public secondary education from the thought of Étienne Le Roy. Contributions of Juridical Anthropology to the Right of Education in Brazil*. 97 p. Dissertation (Master) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

In this research, which approximates the fields of the right to Education, in its constitutional scope, and of Legal Anthropology, based on the Theory of Multijuridism proposed by Étienne Le Roy, it was tried to support the hypothesis that in continuous social relations, more in the limits of the customs and the habits than of the state regulation. The work is developed through a comparative analysis between legal norms of public secondary interest and elements of theoretical reference, especially the notion of juridicity and mediation. The results obtained are described in eleven scenarios of analysis, the first five being dedicated to seek the connection between the two disciplines and the others to examine mediation in public high school. The conclusion, albeit preliminary, indicates that mediation can not be reduced only to an alternative form of conflict resolution and that the deepening of research, both theoretically and empirically, can contribute to the unveiling of new approaches and state regulation of Education in Brazil.

Key words: Legal Anthropology. High school. Étienne Le Roy. Mediation. Multijuridismo. Theory of Multijuridism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Tripé Jurídico - “Iceberg Jurídico” - p.25

Figura 2 – Ordenamentos - p.35

Figura 3 - Ilustração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no “Iceberg Jurídico” de Étienne Le Roy – p.65

Quadro 1 - Articulação do “tripé jurídico” em diferentes tradições jurídicas - p.26

Quadro 2 - O sistema “francês” de resolução de conflitos - p.30

Quadro 3 - Tempo para regulamentação legislativa – p.51

Quadro 4 - Faixa etária no ensino médio - divergência legislativa – p.54

Quadro 5 - Dados estatísticos do ensino médio público – p.58

Quadro 6 - Demonstrativo dos pontos de aproximação entre o Direito Constitucional e a Antropologia Jurídica – p.68

Quadro 7 – Tipos de ordens normativas e suas práticas judiciais – p.71

Quadro 8 - Demonstrativo dos pontos de conexão entre normas legais e os modelos de mediação, propostos por Étienne Le Roy – p.81

Quadro 9 - Demonstrativo dos pontos de análise entre normas legais e as funções e as atribuições do mediador – p.87

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Bases para o desenvolvimento da pesquisa.....	12
2 TEORIA DO MULTIJURIDISMO: UMA ANTROPOLOGIA DINÂMICA DO DIREITO.....	19
2.1 Direito e juridicidade: uma relação de complementaridade.....	21
2.2 “Tripé Jurídico”: três fundamentos da juridicidade representados pela figura do “iceberg jurídico”	24
2.3 Mediação: um conceito pivô dialogal entre as sociedades	27
3 ENSINO MÉDIO PÚBLICO: ENTRE A REGULAÇÃO JURÍDICA E A REALIDADE SOCIAL.....	40
3.1 Uma visão histórica legislativa do ensino médio, a partir de 1931	41
3.2 Uma perspectiva doutrinária da Educação: com enfoque no ensino médio público	45
3.3 Panorama estatístico do ensino médio público: IDEB, INEP, Observatório do PNE e Conselho Nacional de Justiça.....	54
4 MEDIAÇÃO NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR.....	60
4.1 Teoria do Multijuridismo e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação: pontos de potencial afetação entre dois campos disciplinares.....	63
4.2 Modelos de mediação e normas legais: pontos de análise entre os dois campos disciplinares	69
4.3 Mediador/mediadora: pontos de observação das funções e competências nos dois campos disciplinares	82
CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal a pesquisa da mediação, no ensino médio público brasileiro, através de uma abordagem interdisciplinar entre o direito à Educação, no bojo do Direito Constitucional e da Antropologia Jurídica, a partir do arcabouço da Teoria do Multijuridismo, proposta pelo antropólogo do direito, francês, Étienne Le Roy¹.

Quanto ao objeto da pesquisa, ressalte-se que o entusiasmo pelo estudo da mediação advém da experiência adquirida pela autora como mediadora, por mais de uma década (2004- 2017), em processos cíveis, na primeira e na segunda instância do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nessa prática, observou-se a mediação judicial, em dois aspectos: o primeiro, como sendo o método mais adequado para solução de conflitos oriundos de relações sociais continuadas, tais como: familiar, societária, vizinhança e, o segundo, que a mediação, desenvolve-se mais nos limites dos costumes e dos hábitos que se fixam nos mediandos, do que do direito oficial imposto.²

Desse quadro, surgiu a pretensão de pesquisar a mediação em ambiente fora do Judiciário, optando-se pela área educacional pública, onde os conflitos são de relações sociais continuadas e cruzadas, entre estudantes, professores, funcionários, parentes dos estudantes e a comunidade no entorno da escola.

Nessa perspectiva, delimitou-se o tema ao ensino médio público, terceira e última etapa do ensino básico nacional, destinado aos estudantes, na faixa etária dos quinze e dezessete anos, considerada a menos assistida, conforme apontam os dados estatísticos publicados pelos órgãos vinculados ao Ministério da Educação.

No que concerne à relevância da pesquisa para a área de concentração do Direito do Estado, ressalte-se que os dois objetos pesquisados, mediação e ensino médio público, podem ser interpretados diretamente do texto da Constituição Federal de 1988, a mediação,

¹ LE ROY, Étienne. O lugar da juridicidade na mediação. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.289-324, jul./dez.2012. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/view/1604>. Acesso em: 15 jul. 2017a. p.289.

² Nas sessões de mediação, em processos de família, entre estrangeiros, foi possível observar que, na maioria das vezes, os interesses e as motivações que resultavam, ou não, no consenso, baseavam-se mais nas regras das sociedades de origem dos envolvidos do que no direito, inobstante, o acordo fosse, posteriormente, formalizado segundo a lei processual civil brasileira.

a partir do preâmbulo, como forma de solução pacífica de controvérsias e o ensino médio público, do artigo sexto e dos artigos 205 ao 214, que regulam a Educação, no Brasil.

Ainda, no que tange a importância do estudo da mediação, no âmbito do direito à Educação, esclarece-se que a única previsão legal existente acerca da matéria é o artigo 42, da Lei n. 13.140/2015, instituída com a finalidade de regular a mediação entre particulares e conflitos da administração pública, aplicável, no que couber, à mediação escolar.³

Em função disso, a mediação escolar, em grande medida, vem sendo praticada com base nos princípios e procedimentos previstos pelas normas processuais civis, em especial a Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e os artigos 165 a 175 do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), diplomas legislativos destinados, exclusivamente, à solução de disputas judiciais.⁴

Nessa ótica, o desenvolvimento de uma pesquisa da mediação específica para a área da Educação mostra-se importante e necessária, com vistas, inclusive, no futuro, à criação de uma política pública de tratamento de conflitos educacionais.

Nesse contexto, a escolha da Teoria do Multijuridismo, proposta por Étienne Le Roy, justifica-se pelo seu potencial de desvelamentos de novas formas de análise e desenvolvimentos de instrumentos que possam contribuir para o enfrentamento e superação de questões complexas como a educacional brasileira.

Nesse aspecto, destaca-se que a mediação, mais do que uma forma de solução de conflitos, é vista por Le Roy como uma espécie de dialogia, uma arte de saber dialogar, não apenas entre os atores sociais, mas, também entre os ordenamentos sociais, praticada em um campo próprio, entre o direito e o social não jurídico, denominado juridicidade.

1.1 Bases para o desenvolvimento da pesquisa

No intuito de contextualização da pesquisa interdisciplinar⁵, destaca-se que, embora

³ BRASIL. **Lei n. 13.140/2015**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm. Acesso em 24 out. 2018. Art. 42. Aplica-se esta Lei, no que couber, às outras formas consensuais de resolução de conflitos, tais como mediações comunitárias e escolares, e àquelas levadas a efeito nas serventias extrajudiciais, desde que no âmbito de suas competências.

⁴ BRASIL. **Lei n. 13.105/2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm. Acesso em: 24 out. 2018.

⁵ BRASIL. Resolução do Conselho Nacional da Educação nº 3/98, fundamentada no Parecer CNE/CEB n. 15/98. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Par1598.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018. O conceito de interdisciplinaridade fica mais claro, quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento

pouco utilizada na área do direito, vem sendo reconhecida como uma forma inovadora de pensar e pesquisar soluções para questões sociais de alta complexidade, na qual se pode inscrever a educacional brasileira.

Entretanto, vale ressaltar, desde logo, que não há nenhuma pretensão de abolir as fronteiras dos dois campos disciplinares, nem tampouco, propor soluções artificialmente unificadoras ou sincretismos teóricos, mas, sim, examinar a regulação jurídica do ensino médio público, a partir da mediação, como pensada por Étienne Le Roy.⁶

Nesse sentido, com apoio em Eduardo Carlos Bianca Bittar sublinha que a interconexão entre campos disciplinares distinto, ou com outras áreas do conhecimento pode contribuir para superação dos caminhos monológicos da tradição dos estudos positivistas e melhoria da qualidade da reflexão crítica sobre o direito.⁷

Na perspectiva de delimitar os dois campos disciplinares confrontados, destaca-se que o Direito Constitucional, em linhas gerais, inscreve-se no ramo do Direito Público, define-se como um Direito Público fundamental e divide-se em três disciplinas: o Direito Constitucional Positivo ou Particular, o Direito Constitucional Comparado e o Direito Constitucional Geral⁸

Nessa visão, pode-se dizer que, enquanto o Direito Constitucional Positivo ou Particular estuda os princípios e normas de um determinado Estado, o direito Constitucional Comparado dedica-se ao estudo teórico das normas jurídico-constitucionais positivas de vários Estados e o Direito Constitucional Geral busca generalizar os princípios teóricos do Direito Constitucional particular dos vários Estados.

A partir desse quadro, com base na classificação proposta por José Afonso da Silva, estabelece-se que esta pesquisa situa-se no âmbito do Direito Constitucional Positivo, cujo objeto de investigação é o ensino médio público, inscrito no Direito à Educação e definido como um direito social, conforme disposto no artigo sexto, da Constituição Federal de 1988.

mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos. p.38.

⁶ VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. A mediação em um campo de análise interdisciplinar: o aporte da teoria do multijuridismo de Étienne Le Roy. **Revista Estudos Institucionais**, Rio de Janeiro, v. 3, 2, p. 1113-1151, 2017.

⁷ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. São Paulo: Saraiva, 2017. p.43.

⁸ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 11. ed. São Paulo. Malheiros, 1996. p.38.

No que se refere ao campo disciplinar da Antropologia, em sentido geral, pode ser definida como uma disciplina constitutiva das ciências humanas que procura descentrar das categorias e dos valores ocidentais, visando criticar o etnocentrismo e seus efeitos epistemológicos e políticos. Cabe à Antropologia Jurídica o estudo dos processos de juridicização que ocorrem nas diversas sociedades, procurando compreender as lógicas que lhe são subjacentes.⁹

Na visão de Norbert Rouland,¹⁰ a Antropologia Jurídica busca a realização de um ordenamento da cultura humana em sua generalidade através da comparação entre as formas de regulação jurídica de todas as sociedades.¹¹

Em termos históricos, destaca-se que a abordagem antropológica e a sociológica do direito surgem ambas, no século XIX, em meio ao expansionismo do imperialismo ocidental¹², destinadas, a primeira, ao estudo do que se convencionou denominar de “povos primitivos” e a segunda às sociedades ocidentais modernas, observando-se, na atualidade, uma crescente justaposição dos campos de análise da antropologia e da sociologia.¹³

Nesse aspecto, Villas Bôas Filho enfatiza que, a partir de uma observação sociológica, a análise antropológica aparece como expressão de um ponto de vista externo de abordagem do direito, ou seja, de apreensão do fenômeno jurídico como uma “observação da observação” dos antropólogos.¹⁴

⁹ VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Entrevista sobre Antropologia Jurídica. **Jornal Carta Forense**, São Paulo, 5 jul. 2016. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/antropologia-juridica/16725>. Acesso em 20/10/2018.

¹⁰ ROULAND, Norbert (1948-) é doutor em direito, ciência política e antropologia legal. Professor de direito na Universidade Paul Cézanne. Membro honorário do Institut Universitaire de France. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/antropologia-juridica/16725>. Acesso em: 20 out. 2018.

¹¹ ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade**; tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção justiça e direito). p.89

¹² VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **Antropologia jurídica**. In: ENCICLÓPEDIA jurídica da PUCSP. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/42/edicao-1/antropologia-juridica>. Acesso em: 21 nov. 2018.

¹³ VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Ancient Law - Um Clássico Revisitado 150 Anos Depois. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.106/107, jan./dez. 2011/2012, p. 527-562.

¹⁴ VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Juridicidade: Uma abordagem crítica à monolatria jurídica enquanto obstáculo epistemológico. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 109, jan./dez. 2014. p.283/284.

Nessa perspectiva, ressalte-se que, na visão francófona, as expressões “antropologia do direito”, “antropologia jurídica” e “antropologia da juridicidade”, utilizadas para designar a disciplina, embora empregadas de forma indistinta, não são totalmente intercambiáveis.¹⁵

Assim, antropologia do direito, a mais comumente utilizada, se define como uma etapa essencial da pesquisa antropológica em relação às “ciências jurídicas”, enquanto a expressão “antropologia jurídica” tem a finalidade de delimitar, para fins didáticos, o campo particular de estudo dos fenômenos pertencentes ao campo do direito.¹⁶

E, a “antropologia da juridicidade”, em maior amplitude, qualifica a abordagem dos fenômenos de regulação tidos pelos membros das diversas sociedades como obrigatórios e sancionados, e, portanto, jurídicos. Essa expressão aceita como direito tanto as práticas de regulação mais próximas da tradição ocidental moderna como aquelas mais distantes.¹⁷

No que se refere ao método de investigação do problema jurídico, salienta-se, em caráter elucidativo, que há duas possibilidades de se proceder a investigação: um enfoque dogmático e um enfoque zetético, os quais estão presentes em toda investigação, com predomínio de um deles, e com consequências diferentes.¹⁸

Nessa ótica, enquanto a investigação zetética parte de evidências que podem ser frágeis ou plenas, verificáveis e comprováveis, a dogmática não questiona suas premissas porque foram estabelecidas (por um arbítrio, por um ato de vontade ou de poder) como inquestionáveis.¹⁹

Com efeito, considerando que a zetética parte de evidências e a dogmática de dogmas, Ferraz Junior propõe que uma premissa é evidente quando está relacionada a uma verdade e é dogmática quando relacionada a uma dúvida que, não podendo ser substituída por uma evidência, exige uma decisão.

¹⁵ VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Tendências da análise antropológica do direito: algumas questões a partir da perspectiva francófona. **Revista Direito GV**, São Paulo, n. 11, p. 321-328. Disponível em: http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/6107/art_VILLAS_BOAS_FILHO_Tendencias_da_analise_antropologica_do_direito_algumas_2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 jun. 2018. p.322.

¹⁶ VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Juridicidade: Uma abordagem crítica à monolatria jurídica enquanto obstáculo epistemológico. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 109, jan./dez. 2014. p.283/284.

¹⁷ *Ibid.*, p.283/284.

¹⁸ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 43/44.

¹⁹ *Ibid.*, p. 43.

Nesse raciocínio, observa-se que, enquanto o Direito Constitucional situa-se no campo das investigações dogmáticas do fenômeno jurídico, a Antropologia Jurídica posiciona-se no campo das investigações zetéticas, entre as disciplinas gerais, não jurídicas, que admitem, no âmbito de suas preocupações, um espaço para o fenômeno jurídico, que, na medida em que é aberto, incorpora-se ao campo das investigações jurídicas.²⁰

Ferraz Júnior, contudo, analisando a dogmática jurídica adverte que o jurista teórico não pode desprezar as investigações acerca do direito efetivo de uma comunidade, dos fatores sociais que condicionam sua formação, da sua eficácia social, entre outros, ou seja, se vale da pesquisa zetética, ainda que, em sua análise, prepondere o aspecto dogmático, o que, por si só, pode justificar a pesquisa interdisciplinar entre o Direito Constitucional e a Antropologia Jurídica.²¹

Nesse raciocínio, Villas Bôas Filho, apoiado em André-Jean Arnaud e Maria José Fariñas Dulce, enfatiza que a análise antropológica expressa uma “perspectiva externa” de apreensão do “fenômeno jurídico”, em contraposição à “perspectiva interna” da abordagem do direito, concluindo que:²²

Além disso, a partir de uma observação jurídico-filosófica, a análise antropológica aparece como expressão de uma perspectiva zetética ou seja, “problematizadora”, que se apartaria da perspectiva dogmática por não estar comprometida diretamente com a decidibilidade de conflitos.

Nesse contexto, para desenvolvimento da pesquisa interdisciplinar, pretende-se, inicialmente, contextualizar os principais elementos da Teoria do Multijuridismo e as visões histórica legislativa, doutrinária e estatística do ensino médio público, para em seguida, promover, pelo método da análise comparativa, a aproximação dos dois campos disciplinares.

Na sequência, através da mesma metodologia, buscar-se-á contrastar os modelos de mediação, pensados por Étienne Le Roy, com normas legais atinentes ao ensino médio

²⁰ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 43/44.

²¹ *Ibid.*, p. 48.

²² VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Juridicidade: Uma abordagem crítica à monolatria jurídica enquanto obstáculo epistemológico. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 109, p. 281-325, jan./dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/89235/96068>. Acesso em: 17 jun. 2018.

público. E, por fim, examinar as funções e competências do mediador na construção de uma identidade própria e a importância do princípio da oralidade na mediação.

Dessa forma, a pesquisa é desenvolvida em três capítulos, sendo o primeiro, denominado “Teoria do Multijuridismo: uma antropologia dinâmica do direito” destinado a examinar a noção de juridicidade, ideia central do arcabouço teórico proposto por Étienne Le Roy, o denominado “Tripé jurídico”, representativo dos três fundamentos que compõem a juridicidade, a relação de complementaridade entre o direito e a juridicidade e a mediação como um conceito- pivô dialogal da regulação global das sociedades.

O segundo capítulo intitulado “Direito à Educação: entre a regulação jurídica e a realidade social”, dividido em três subtópicos, dedica o primeiro subtópico, denominado “Uma visão histórica legislativa a partir de 1931” a um breve histórico legislativo do ensino médio a partir do Decreto n. 19.890/1931, que formalizou o ensino secundário.

O segundo subtópico, nominado Uma perspectiva doutrinária da Educação: com enfoque no ensino médio público, traz algumas reflexões doutrinárias acerca do sistema federativo em relação ao direito à Educação e da legislação do ensino médio público.

No terceiro subtópico, denominado “Panorama estatístico do ensino médio público: IDEB, INEP, Observatório do PNE e Conselho Nacional de Justiça” descrevem-se os resultados de quatro indicadores governamentais, no intuito de demonstrar, em dados, a realidade do ensino médio público, na Educação no Brasil.

O terceiro capítulo, designado “Mediação na Educação: uma análise interdisciplinar” busca, no primeiro dos três subtópicos, intitulado “Teoria do Multijuridismo e a lei de diretrizes e bases da educação: pontos de potencial afetação entre dois campos disciplinares” contrastar alguns dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996) com os principais elementos da Teoria do Multijuridismo.

No segundo subtópico, intitulado “Modelos de mediação: um estudo de perspectivas para o ensino médio público” examina-se, sob a ótica dos modelos de mediação de Le Roy, normas legais de interesse do ensino médio público.

Na sequência, no terceiro subtópico, designado “Funções e competências do mediador/mediadora: uma identidade a ser construída” pretende-se, através da análise de regras oficiais, a partir de dois dos modelos de mediação de Le Roy, demonstrar a

importância da oralidade e da comunicação construtiva na formação do mediador/mediadora.

5 CONCLUSÃO

A partir de uma abordagem interdisciplinar entre o direito à Educação, no contexto do Direito Constitucional e a Antropologia Jurídica, este trabalho propôs-se a pesquisar a mediação, a partir do pensamento de Étienne Le Roy, no âmbito da regulação jurídica do ensino médio público brasileiro.

Nesse contexto, estabeleceu-se como ponto de partida a hipótese de que a mediação quando aplicada em relações sociais continuadas, fora do ambiente judicial, aparece mais os modelos de condutas, comportamentos e sistemas de disposições duráveis dos envolvidos do que o direito positivado.

Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se pela área da educação pública institucionalizada, com recorte para o ensino médio, apontada como a fase menos assistida, segundo indicadores estatísticos divulgados por órgãos vinculados ao Ministério da Educação.

No que concerne à relevância da pesquisa, demonstrou-se, sob a ótica do Direito Constitucional, que tanto a mediação, quanto o ensino médio público, podem ser interpretados diretamente do texto constitucional de 1988.

Nesse sentido, enquanto a mediação encontra previsão no preâmbulo da Carta Magna, que elenca a solução pacífica de controvérsias entre os valores supremos da sociedade brasileira, o ensino médio inscreve-se no “caput” do artigo 205 do texto constitucional, como um dever do Estado, da família a ser promovida juntamente com a sociedade.

Ainda, no que refere-se à importância do estudo da mediação no âmbito da regulação jurídica do ensino médio público, destacou-se que, a despeito da previsão do artigo 42 da Lei nº 13.140/2015 que inclui a mediação escolar entre as formas particulares de solução de conflitos, não há regulamentação específica para o tratamento dos conflitos educacionais.

Em função disso, apontou-se que a mediação escolar, via de regra, utiliza-se dos princípios e procedimentos da lei processual civil, destinados à solução dos conflitos judiciais e não educacionais.

Nesse cenário, é possível dizer que aportes da Antropologia Jurídica, como a Teoria

do Multijuridismo de Étienne Le Roy, podem contribuir, expressivamente, para pensar e pesquisar novos instrumentos de análise da regulação jurídica da Educação brasileira.

No que se refere a interdisciplinaridade, estabeleceu-se, na introdução, “As bases para o desenvolvimento da pesquisa”, a partir dos objetivos de preservação das fronteiras disciplinares, da delimitação dos dois campos e da escolha do método da análise comparativa.

Nesse contexto, delineados os dois campos disciplinares e definido como método de investigação, a análise comparativa entre normas legais, de interesse do ensino médio público, e os principais componentes da Teoria do Multijuridismo, a pesquisa foi desenvolvida em três capítulos.

O segundo capítulo, denominado “Teoria do Multijuridismo: uma Antropologia Jurídica do direito”, destinou-se à descrição dos elementos da Teoria do Multijuridismo, com destaque para a noção de juridicidade, o “tripé jurídico, a complementaridade entre direito e juridicidade e a mediação no pensamento de Étienne Le Roy.

O terceiro capítulo, intitulado “Ensino médio público: entre a regulação jurídica e a realidade social”, por sua vez, traçou um breve panorama histórico legislativo do ensino médio, trouxe visões doutrinárias acerca do direito à Educação e alguns indicadores estatísticos oficiais relativos ao ensino médio público.

No quarto capítulo, nominado “Mediação na Educação: uma análise interdisciplinar”, buscou-se, primeiramente, promover a aproximação entre os dois campos disciplinares, a partir de cinco cenários de análise, no intuito de viabilizar a pesquisa interdisciplinar.

Em seguida, examinou-se em quatro cenários os modelos de mediação pensados por Étienne Le Roy em contraste com normas legais de interesse do ensino médio; em dois cenários as funções e competências do mediador/mediadora em duas situações e, por fim, a importância da oralidade na mediação.

Quanto aos resultados obtidos pela pesquisa, pode-se dizer que se trata de pesquisa interdisciplinar, na medida que através de cinco cenários de análise, foi possível, conforme demonstrado, no quadro 6, identificar cinco pontos de aproximação entre os dois campos disciplinares.

No mesmo raciocínio, a partir dos seis cenários de análise descritos nos quadros 7 e 8,

pode-se dizer que foi possível examinar regras estatais relativas ao ensino médio público por intermédio dos elementos e modelos da mediação, pensada por Étienne Le Roy.

Por fim, no que se refere à pretensão de demonstrar que a mediação, nas relações sociais continuadas, desenvolve-se mais nos limites dos modelos de conduta e de comportamento e dos sistemas de disposições duráveis, do que da regulação estatal, a conclusão é de as pesquisas realizadas neste trabalho são insuficientes para tal comprovação.

Contudo, pelos resultados teóricos obtidos, pode-se dizer que, conforme pensando por Étienne Le Roy, a mediação não pode ser reduzida a apenas uma forma de solução de conflitos. Mas, sim, estudada como um processo dialogal com grande potencial de contribuição para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme previsto no “caput” do artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Federalismo e Educação no Brasil: trajetória recente e principais desafios. In: **Justiça pela qualidade na educação/Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), Todos pela educação (organização)**. São Paulo: Saraiva, 2013.p.205-220.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. Dos conciliadores e mediadores judiciais. In: BUENO, Cassio Scarpinella (Coord.). **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva. 2017.
- BARROSO, Luís Roberto. A Doutrina Brasileira da Efetividade. In. BONAVIDES, Paulo; LIMA, Francisco Gérson Marques; BEDÊ, Faya Silveira (Coord.). **Constituição e democracia-Estudos em homenagem ao Prof. J.J. Gomes Canotilho**. São Paulo. Malheiros, 2006.
- BERCOVICI, Gilberto. Estado intervencionista e constituição social no Brasil: o silêncio ensurdecedor de um diálogo entre ausentes. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (Coord.). **Vinte anos de Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009.
- BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Revista EMP Educação, Matemática, Pesquisa**, São Paulo, v. 10, n.1. p. 137-150, 2008.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CONSTITUIÇÃO. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2010. v. 2.
- BONAFÉ-SCHMITT, Jean-Pierre. Os modelos de mediação: modelos latinos e anglo-saxões de mediação. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 181-227, jul./dez. 2012.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. In: Guinsburg, J. (Dir.). 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. Coleção estudos, 20.
- CURY, Carlos Roberto. Do direito de aprender: base do direito à Educação, In: **Justiça pela qualidade na educação/Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), Todos pela educação (organização)**. São Paulo: Saraiva, 2013. p.104-116.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008.
- DALLARI BUCCI, Maria Paula; VILARINO, Marisa Alves. A ordenação federativa da Educação brasileira e seu impacto sobre a formação e controle das políticas públicas educacionais, In: **Justiça pela qualidade na educação/ Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude**

(ABMP), **Todos pela educação (organização)**. São Paulo: Saraiva, 2013. p.117-150.

EBERHARD, Christoph. Para uma teoria jurídica intercultural - o desafio dialógico. **Revista direito e democracia**, Canoas, v. 3, n. 2, p.489-530, jul./dez. 2002.

FARIA, José Eduardo. **Direito e Conjuntura**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**, 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GARCIA, Maria. Federalismo e autonomia dos entes federados em relação ao direito à Educação. In: **Justiça pela qualidade na educação/Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), Todos pela educação (organização)**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 175-204.

LE ROY, Étienne. *La médiation mode d'emploi*. **Revue Droit et Société**, Paris, n. 29, 1995. p.39-54.

LE ROY, Étienne. Le Roy, Étienne. O lugar da juridicidade na mediação. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p.289-324, 2012.

LE ROY, Étienne. *Le jeu des lois:une anthropologie "dynamique" du Droit: avec des consignes et des conseils au "jeune joueur juriste"*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1999.

MENEZES, Eva Cristina Aurélio; FERRI, Lúcia Maria Gomes Corrêa. Mediação de conflitos nas escolas e a atuação do professor mediador escolar e comunitário. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11.2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2013. p. 1545-1559.

NEVES, Marcelo. **Constituição e direito na modernidade periférica: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

NICÁCIO, Camila Silva. Direito e mediação de conflitos: entre metamorfose da regulação social e administração plural da justiça. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, n. 59, p.11-56, 2011.

NICÁCIO, Camila. A mediação diante da reconfiguração do ensino e da prática do direito: desafios e impasses à socialização jurídica. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 249-288, jul./dez. 2012.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. O direito educacional no sistema jurídico brasileiro. In: **Justiça pela qualidade na educação/Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), Todos pela educação (organização)**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 55-103.

ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade**; tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2008. (Coleção justiça e direito). p.137-140.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 11. ed., São Paulo. Malheiros, 1996.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 8. ed. São Paulo.

Malheiros, 2012.

SIX, Jean-François. **Dinâmica da mediação**. Tradução Giselle Groeninga de Almeida, Águida Arruda Barbosa e Eliana Riberti Nazareth. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2001.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. A regulação jurídica para além de sua forma ocidental de expressão: uma abordagem a partir de Étienne Le Roy, **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 6, n.12, p.159-195, 2015.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. A mediação em um campo de análise interdisciplinar: o aporte da teoria do multijuridismo de Étienne Le Roy. **Revista Estudos Institucionais**, Rio de Janeiro, v. 3, 2, p. 1113-1151, 2017.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **Antropologia jurídica**. In: ENCICLÓPEDIA jurídica da PUCSP. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/42/edicao-1/antropologia-juridica>. Acesso em: 21 nov. 2018.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Ancient Law - Um Clássico Revisitado 150 Anos Depois. **Revista de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 106/107, p. 527-562, jan./dez. 2011/2012.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. A constituição do campo de análise e pesquisa da antropologia jurídica. **Revista Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 6, p.333-349, 2007.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Entrevista sobre Antropologia Jurídica. **Jornal Carta Forense**, São Paulo 05 jul. 2016. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/antropologia-juridica/16725>. Acesso em 20/10/2018.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Juridicidade: Uma abordagem crítica à monolatria jurídica enquanto obstáculo epistemológico. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.109, jan./dez. 2014.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Tendências da análise antropológica do direito: algumas questões a partir da perspectiva francófona. **Revista Direito GV**, São Paulo, v 11. p.321-328.